

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

LUCCA SIMEONI PAVAN
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

LUCCA SIMEONI PAVAN

(Organizador)

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T314	As teorias econômicas e a economia aplicada [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-32-1 DOI 10.22533/at.ed.321181109 1. Economia. 2. Política econômica. I. Pavan, Lucca Simeoni. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é um ramo científico diferente dos demais. Ela se enquadra em uma ciência de núcleo duro, em que as técnicas matemáticas e estatísticas dão suporte ao seu desenvolvimento teórico e aplicações empíricas, entretanto, o estudo da economia não se limita somente a este núcleo. Dado que seu objeto de estudo são as interações humanas, ela não permite a aplicação cega de conceitos puramente matemáticos. Isso acontece por que o ambiente econômico não é um laboratório onde podemos controlar todos os fatores que possam interferir nos resultados de determinado estudo, fato possível na física e na química por exemplo.

A sociedade possui relações extremamente complexas que são impossíveis de serem reproduzidas com a exatidão necessária às ciências exatas. Porém, é com esta complexidade das relações humanas que a ciência econômica busca lidar. Para isso, ela se baseia em uma metodologia própria que visa equilibrar a exigência e rigor das ciências exatas com a complexidade e subjetividade das relações humanas.

Várias formas de abordagem científica fazem parte do contexto da ciência econômica, como estudos histórico-filosóficos e pesquisas aplicadas. Atendendo à essa diversidade existente na ciência econômica, este livro reúne os mais variados trabalhos, seja no que se refere à técnica de estudo utilizada ou o tema de pesquisa abordado. Digo isso para ressaltar a relevância desta coletânea de artigos, mostrando os mais variados temas e formas de se investigar os fenômenos associados ao ambiente econômico.

O livro não está organizado conforme um único critério, dada a diversidade de temas e métodos que ele apresenta. Aqui o leitor poderá encontrar artigos que usam a metodologia de economia regional e econometria espacial para estudar a relação entre “bancarização” e desenvolvimento econômico, por exemplo. Questões sobre o comércio com outros países também são abordadas usando esta metodologia. Questões de tributação e financiamento do desenvolvimento também são tratadas nos artigos incluídos nesta edição.

Alguns trabalhos aplicados que usam técnicas econométricas também estão contidos neste livro. Os temas também são diversos, sendo relacionados ao setor agropecuário na forma de análise de preços de commodities ou da produção do setor agropecuário. A questão ambiental também se insere dentre os temas abordados, seja na forma de estudos de viabilidade de geração de energia ou de estudos sobre inovação e gestão organizacional no setor de produção de combustíveis.

Neste livro constam trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, do Sul ao Nordeste, mostrando que além da diversidade de temas e métodos, a ciência econômica está bem difundida no território nacional e contribui com o desenvolvimento de todas as regiões do país.

Por fim, desejo ao leitor um bom proveito dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a qualidade dos artigos selecionados e a diversidade de temas e métodos

utilizados. Com certeza este livro servirá de suporte para muitos pesquisadores que estejam inseridos na mesma área de pesquisa dos artigos aqui contidos. Sem dúvida os trabalhos servirão de inspiração para novos pesquisadores em economia ou como complemento nos estudos em andamento.

Lucca Simeoni Pavan, Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A “BANCARIZAÇÃO” E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM ESPACIAL PARA O ESTADO DO PARANÁ	
<i>José Rodrigo Gobi</i>	
<i>Pietro André TelatinPaschoalino</i>	
<i>Luiz Guilherme de Oliveira Santos</i>	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>José Luiz Parré</i>	
CAPÍTULO 2	20
DETERMINAÇÃO DE UMA REGIÃO NO ESTADO DO PARANÁ: APLICAÇÃO DA TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO	
<i>Andréia Ferreira Prestes</i>	
<i>Renata Cattelan</i>	
<i>Marcelo Lopes de Moraes</i>	
CAPÍTULO 3	40
EFEITO DO GERADOR E TRANSBORDAMENTO DE IMPOSTOS INDIRETOS NA ECONOMIA DE SANTA CATARINA EM 2004	
<i>Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues</i>	
<i>Auberth Henrik Venson</i>	
<i>Marcia Regina Gabardo da Camara</i>	
<i>Paulo Rogério Alves Brene</i>	
<i>Umberto Antônio Sesso Filho</i>	
CAPÍTULO 4	59
O FNE COMO FONTE FINANCIADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Wesley Santos</i>	
<i>Elmer Nascimento Matos</i>	
CAPÍTULO 5	76
O INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
<i>Tatiani Sobrinho Del Bianco</i>	
<i>Jandir Ferrera de Lima</i>	
<i>Camilo Freddy Mendonza Morejon</i>	
CAPÍTULO 6	98
A RELIGIÃO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O PARANÁ DE 1991 A 2010	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>Ednaldo Michellon</i>	
CAPÍTULO 7	119
TRANSMISSÃO ASSIMÉTRICA DE PREÇOS: O CASO DO MERCADO DE ETANOL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO PARANÁ	
<i>Lucca Simeoni Pavan</i>	
<i>Alessandro Garcia Bernardelli</i>	
CAPÍTULO 8	135
ANÁLISE DO NÍVEL DA ATIVIDADE AGROPECUARISTA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	
<i>James José de Brito Sousa</i>	
<i>Alysson de Brito Araújo</i>	
<i>Maria de Jesus Gomes de Lima</i>	

CAPÍTULO 9	151
AS MICRORREGIÕES DE CHAPECÓ, CONCÓRDIA E XANXERÊ E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO RURAL	
<i>Sérgio Begnini</i> <i>Lirane Elize Denfante Ferreto de Almeida</i>	
CAPÍTULO 10	173
ANÁLISE COMPARATIVA DE SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA E SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Tatiane Dinca</i> <i>José Carlos Marcos</i> <i>Carlos Alberto Piacenti</i>	
CAPÍTULO 11	190
INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – A GESTÃO AMBIENTAL	
<i>Jacks Williams Peixoto Bezerra</i>	
CAPÍTULO 12	213
INSTRUMENTOS NORMATIVOS E ECONÔMICOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DO CEARÁ	
<i>Rárisson Jardiel Santos Sampaio</i> <i>Ivanna Pequeno dos Santos</i>	
CAPÍTULO 13	228
CRIMINALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA PARA OS COREDES NO ANO DE 2010	
<i>Ewerton da Silva Quartieri</i> <i>Maicker Leite Bartz</i> <i>Gabrielito Reuter Menezes</i>	
CAPÍTULO 14	240
FENÔMENO OU RAÍZES: A POBREZA COMO PARTE DO BRASIL	
<i>Alex Eugênio Altrão de Moraes</i>	
CAPÍTULO 15	253
EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR INFANTOJUVENIL A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ.	
<i>Isabelle Bezerra Bem</i>	
CAPÍTULO 16	268
NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	
<i>Everaldo da Silva</i> <i>Joel Haroldo Baade</i> <i>Rodrigo Regert</i> <i>Adécio Machado dos Santos</i>	
CAPÍTULO 17	282
INSERÇÃO COMERCIAL DO NORDESTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NORDESTINOS NA RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM O RESTO DO MUNDO NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2015	
<i>Kassia Larissa Abrantes Alves</i> <i>Soraia Santos da Silva</i>	

CAPÍTULO 18	294
O PADRÃO DE INSERÇÃO COMERCIAL E A MUDANÇA NA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000	
<i>Danniele Giomo</i>	
CAPÍTULO 19	301
POLÍTICAS SOCIAIS COMO PROPULSORAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	
<i>Maristela Dumas</i>	
<i>Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza</i>	
CAPÍTULO 20	323
REFLEXÕES SOBRE POTENCIALIDADES OU GARGALOS LOCAIS A PARTIR DA LEITURA DE ÍNDICES E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	
<i>Cláudio Machado Maia</i>	
<i>Myrian Aldana Vargas Santin</i>	
<i>Flávio Antonio Manfrin</i>	
<i>Nemésio Carlos da Silva</i>	
CAPÍTULO 21	339
POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OS CASOS BRASILEIRO E SUL-COREANO	
<i>Gabriela Garbi Bissacot</i>	
<i>Robson Luis Mori</i>	
CAPÍTULO 22	362
PRODUTIVIDADE EMPRESARIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPARAÇÃO COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Camila Salvador</i>	
CAPÍTULO 23	382
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA: O CASO DA NATURA COSMÉTICOS	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Daniela Catarina de Borba</i>	
SOBRE O ORGANIZADOR	422

POLÍTICAS SOCIAIS COMO PROPULSORAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Maristela Dumas

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba-PR.

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba-PR.

RESUMO: O artigo apresenta as políticas sociais como propulsoras do desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, temática relevante e contemporânea. Conceitualmente se discutirá políticas públicas, políticas sociais e desenvolvimento socioeconômico sustentável, abordando o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da erradicação da pobreza. Descreve-se um programa do Governo Federal e um programa do Governo do Estado do Paraná como propulsores do desenvolvimento através de transferência de renda, do fomento ao protagonismo e incentivo à autonomia das famílias. O resultado esperado diz respeito à compreensão de que as políticas sociais por intermédio de programas sociais impulsionam o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Programa Bolsa Família, Programa Família Paranaense, Sustentabilidade.

ABSTRACT: This article presents social

policies as propellants of social and economic development in the State of Paraná, relevant and contemporary themes. Conceptually it will be discussed public policies, social policies and sustainable socioeconomic development, approaching the Sustainable Development Objective (ODS) of poverty eradication. A program of the Federal Government and a program of the Government of the State of Paraná are described as propellants of development through income transfer, promotion of protagonism and encouragement of the autonomy of families. The expected result relate to the understanding that social policies through social programs promote sustainable socioeconomic development.

KEYWORDS: Economic Development, Social Development, Bolsa Família Program, Família Paranaense Program, Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

Pensar estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável no Brasil no atual contexto vivenciado no país que inclui necessidade de ajustes fiscais severos por parte do poder público e dificuldades crescentes elencadas pelos cidadãos no tocante à saúde, educação, emprego, assistência social, meio ambiente, dentre outros, se apresenta como

um grande desafio para a União, Estados e Municípios. As políticas públicas vêm de encontro a essa necessidade e podem através da formulação e implementação de programas e serviços contribuir para com os indicadores de governança e repercutir positivamente na garantia de direitos aos cidadãos.

Considerando a complexidade desta temática o presente artigo pretende contribuir inicialmente com a reflexão sobre políticas sociais, especificamente neste estudo através de duas metodologias de trabalho, uma do Governo Federal descrita no Programa Bolsa Família e uma do Governo do Estado do Paraná, o Programa Família Paranaense. Programas que objetivam a superação da pobreza e demais vulnerabilidades sociais, e por consequência, mediante o alcance de seus propósitos indicam impacto direto sobre o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Discutem-se alguns conceitos de políticas públicas, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade, tratando inclusive dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODSs, para posterior descrição do Programa Bolsa Família e Programa Família Paranaense. Em um terceiro momento, discute-se a relação dos programas com as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico no Estado do Paraná.

O resultado esperado diz respeito à compreensão de que as políticas sociais por intermédio de programas sociais impulsionam o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Para favorecer a compreensão desta relação citamos alguns dados estatísticos. Entender este arranjo, que envolve direitos dos cidadãos, financiamento, programas sociais e desenvolvimento econômico e social pode beneficiar agentes públicos e políticos na proposição de programas similares ou alternativas estratégicas regionais e locais na busca pelo desenvolvimento socioeconômico sustentável com repercussão direta no território, na vida das pessoas incluídas nos programas e demais cidadãos.

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de Políticas Públicas é tratado por muitos autores, diferentes abordagens são propostas, é fato que, não existe um conceito único que as defina. Esta diversidade de estudos gera possibilidades de avanços nas políticas públicas na medida em que, propicia aprendizagem ao mesmo tempo em que abre horizontes diante de questões cotidianas tão complexas das quais o Estado e os cidadãos vivenciam, precisam administrar e superar na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Lopes (2016) ao exemplificar cidades ou iniciativas pontuais sustentáveis menciona o Guia Metodológico do Chile no qual aponta as políticas públicas como importante foco de ação para a diminuição da pobreza, a inclusão social, a ampliação da igualdade de oportunidades e a satisfação de problemáticas mais específicas que afetam a cidadania.

Para Heidemann (2009) de acordo com uma primeira categoria, a política engloba tudo o que diz respeito a uma vida coletiva das pessoas em sociedade e em suas organizações. Em segundo lugar, a política trata do conjunto de processos, métodos e expedientes usados por indivíduos ou grupos de interesse para influenciar, conquistar e manter poder. A política, em terceiro lugar, é também a arte de governar e realizar o bem público. Em sua acepção mais operacional, a política é entendida como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo para resolver questões gerais e específicas da sociedade. A política é concebida finalmente, como a teoria política ou o conhecimento dos fenômenos ligados à regulamentação e ao controle da vida humana em sociedade, como também à organização, ao ordenamento e à administração das jurisdições político administrativas (nações, estados, municípios ou distritos especializados).

As políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas. As políticas podem ser sociais (saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência), macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial) ou outras (científica e tecnológica, cultural, agrícola, agrária). Usualmente o ciclo das políticas é concebido como o processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. No que se refere à formulação de políticas sociais a concepção do Estado que tiverem os policy makers determinara se as políticas propostas terão que obedecer a limitações orçamentárias coerentes com a existência de um Estado mínimo ou se, ao contrário, as questões sociais serão peças fundamentais para conduzir a estados de bem-estar social (GELINSKI, SEIBEL 2008, p. 228, 234).

Como aponta Queiroz (2009) as políticas públicas são os planos, os programas e as ações governamentais que tem por objetivo intervir na realidade para resolver os problemas dos cidadãos e também atender as suas demandas. Uma política pública ou um programa governamental é algo que envolve necessariamente um processo e um resultado. Crescente foi o foco nas políticas públicas por parte da sociedade, resultando em um aumento na preocupação em âmbito governamental e acadêmico com o aprimoramento dos processos de formação, de elaboração, de implantação e de avaliação das políticas governamentais.

As políticas públicas precisam ser planejadas com entendimento do contexto econômico e social do país e foco no desenvolvimento sustentável, assim asseguram direitos aos cidadãos e gerações futuras. Considerar aspectos relevantes e superar questões de ordem política que envolvem as gestões da União, Estados e Municípios é necessário e ético. Tratamos de agendas complexas que se apresentam pelo panorama global e local e somente com responsabilidade podemos avançar em políticas públicas.

“A formulação de Políticas Públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (ARRETCHE et al.,

2014, p.69).

No Brasil como em outras democracias recentes, sugere-se aos cidadãos no exercício do sufrágio universal, avaliar dentre os candidatos aqueles que se comprometem com o propósito do desenvolvimento sustentável através da proposição de políticas públicas viáveis em seus planos de governo, construindo caminhos possíveis para a manutenção de recursos sem comprometer gerações futuras.

3 | DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ao tratar de desenvolvimento econômico, delimitamos inicialmente seu conceito, o qual possui distinção do conceito de crescimento econômico na literatura:

Crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes. Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS e GARCIA, 2014, p.276).

Para Lobato (2006) o plano de formulação de políticas públicas requer condições, que residem em um nível mais singular e são dadas pela organização sociopolítica específica onde se formula a política pública. Nessa são relevantes as organizações social e política vigentes (regime político e padrão de organização da sociedade), as condições econômicas e, em maior ou menor grau, as condições tecnológicas e culturais.

Para Jacob (2013) as raízes das políticas do Estado estão imersas no texto constitucional, cabendo aos entes federativos seu planejamento e sua efetiva implantação, a partir do que estabelecem todas as atividades voltadas às metas sociais fixadas pelo constituinte de 1988; este, por sua vez, pôs em destaque o papel dos orçamentos no planejamento de programas e políticas públicas. Está entre as incumbências da União “elaborar e executar os planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” (art. 21, IX, da CF), o que, como bem ressalta José Maurício Conti, vai ao encontro dos objetivos de garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, II e III, CF).

Todo esse esforço institucional voltado à estabilidade e à responsabilidade visou e visa, sem dúvida, ao escopo maior do Estado, que é o desenvolvimento sustentável, capaz de tomar viáveis os objetivos fundamentais previstos no artigo 3º da Constituição Federal. Em outras palavras, importa refletir sobre a impossibilidade de realização dos desígnios constitucionais sem que se faça o devido planejamento responsável do agir do Estado, do qual não se poderá apartar o respeito quase religioso aos orçamentos públicos (JACOB, 2013, p. 256).

Para o desenvolvimento econômico ocorrer, gestores das esferas de governo devem respeitar o sistema orçamentário criado pela Constituição Federal que compreende o: Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Segundo Netto et al. (2010) a Lei de Responsabilidade Fiscal que veio reforçar em definitivo a integração entre o planejamento e o orçamento. Estabelece vínculos mais claros entre o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, proporcionando maior transparência ao gasto público.

Não se pode falar em “reserva do possível” sem, necessariamente, lembrar os orçamentos públicos. Há uma relação inseparável entre as possibilidades jurídicas e fáticas (econômicas) do Estado e as regras orçamentárias, de modo que, para se tentar comprovar se determinada prestação é ou não possível, será imprescindível voltar os olhos para as leis orçamentárias (JACOB, 2013, p.254, 255).

A política pública está diretamente ligada ao orçamento para ser executada e gestores de todas as esferas de governo precisam respeitar o sistema orçamentário para que não tenham problemas com o judiciário no seu papel fiscalizador, e ao mesmo tempo, garantir a execução de políticas em benefício da população e por consequência atingir crescentes níveis de desenvolvimento econômico no país. Direcionar maior foco às políticas sociais como temos discutido neste breve estudo pode ser o caminho para contribuir com essa meta. Este trabalho não é nem um pouco simples, ao contrário, as questões que envolvem financiamento exigem cada vez mais conhecimento e articulação por parte dos governantes na promoção de novas formas de gestão do orçamento público.

4 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Para Menicucci e Marques (2016) a implementação da maioria das políticas sociais requer a integração de ações nos diferentes níveis de governo, fato que nos direciona ao problema teórico clássico sobre a possibilidade de ação coletiva ou de cooperação entre entes autônomos. Em contextos federativos, a cooperação remete a questões analíticas como a coordenação federativa, a definição de arenas federativas para construção de acordos entre os entes federados e as condições nas quais seja possível a cooperação.

Segundo Lobato (2006) é conhecido que as políticas sociais têm características próprias em relação ao conjunto das políticas públicas, pois são extremamente dependentes do resultado das relações políticas. E isso é ainda mais verdadeiro na atualidade, na qual essas políticas têm sido responsabilizadas pelo déficit dos Estados, não sendo mais consideradas como estratégia para o desenvolvimento, como o foram no período do pós-guerra. A emergência das políticas sociais não exclui o Estado e as classes e, portanto, não desconsideram os componentes econômicos e políticos

intrínsecos às contradições estruturais do capitalismo. Lenaura Lobato considera como política social:

A intervenção estatal pelo fornecimento de bens sociais dirigidos a todos os cidadãos de uma mesma sociedade (nação), que por eles se responsabilizam e dos quais são merecedores, podendo ou não deles precisar. A execução dessa política é garantida por mecanismos legais e/ou institucionais, aos quais os cidadãos podem recorrer, isoladamente ou em conjunto, caso não sejam atendidos (LOBATO, 2006, p.307).

Para Lobato (2006) o ataque às políticas sociais, como causadoras de déficit público e, conseqüentemente, de desemprego, mina a solidariedade social e reduz a cidadania, possibilitando o rearranjo dos grandes cartéis internacionais à revelia dos interesses dos cidadãos. Na verdade, não se reduz o tamanho do Estado, mas sim os interesses nele envolvidos. O enxugamento do Estado nas chamadas áreas sociais possibilita o dismantelamento de instituições e interesses que não são regidos, principalmente nas economias de *Welfare*, por critérios de mercado.

Segundo Cavalcante (2014) o sistema de política social transformou-se com novas estruturas de governança, formalmente baseadas em regras claras e universais de transferências de responsabilidades e recursos que corroboraram para a elevação progressiva do papel das prefeituras, como nos casos do Sistema Único de Saúde (SUS), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Brasil (2011) através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) considera as políticas sociais como mecanismos políticos/institucionais que as sociedades constroem ao longo de sua história, a partir da força dos movimentos sociais e políticos, no intuito de proteger ou promover socialmente seus membros. No Brasil, a política social é implementada por meio de ações do Estado e está frequentemente no centro do debate político, entre outras razões porque responde por uma fração considerável do gasto público no Brasil, o que a torna alvo de disputas acirradas na divisão dos recursos orçamentários.

Entende-se que a política social e todo seu mecanismo correspondente de transferência de renda, prestação de serviços e oferta de bens foi, em grande parte, responsável pela aceleração do crescimento da economia a partir de 2004 e, também responsável em grande parte pelos desdobramentos favoráveis sobre a situação de pobreza e desigualdade de renda. E esta é, provavelmente, uma das características mais fortes da fase de transição para um novo padrão de acumulação na economia brasileira (BRASIL, 2011, p.6).

A disseminação das políticas sociais no Brasil é observada e também monitorada através da coleta de dados mensuráveis e verificação de impactos, como exemplo, sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Estas políticas estão cada dia mais presentes nas agendas de governo e contribuem diretamente na garantia de direitos constitucionais. Independente da etnia, raça, religião, os governos são obrigados a

cumprir, sem discriminação, com a garantia destes direitos em condições dignas. Na atualidade esta pauta discute ainda, estas mesmas garantias extensivas a migrantes e refugiados.

5 | SUSTENTABILIDADE

Segundo Lopes (2016) o conceito de cidade sustentável utilizado pela iniciativa sueca *SymbioCity* considera a transição para fontes de energia renováveis e a busca de eficiência energética estratégias essenciais para o desenvolvimento urbano sustentável. Tal entendimento deve ser indissociável de uma perspectiva sociocultural, tecnológica e econômica, incluindo o combate à pobreza e à desigualdade social, a integração econômica e uma justa distribuição de medidas de mitigação ambiental. Seres humanos são seres sociais, fato que inviabiliza tratativas que desconsiderem os aspectos mencionados. Os ambientes urbanos devem oferecer uma vasta gama de oportunidades sociais, educacionais, culturais e econômicas. Adequadamente planejadas, cidades sustentáveis podem atingir impactos ambientais mínimos, uso de energia e de recursos renováveis e ter uma economia verde próspera. Elas podem ainda contribuir para a formação de um ambiente construído agradável, seguro e verde, e de uma vida social, cultural e intelectual diversificada e estimulante.

Para Netto et al. (2010) as estruturas de governo em muitos países e nas diversas esferas de poder estão, ainda hoje, organizadas por setores, como por exemplo, saúde, agricultura, indústria, educação, entre outros. No entanto, os problemas existentes na sociedade quase sempre requerem soluções que não se delimitam a apenas um setor, ou seja, os problemas não têm fronteiras dimensionais ou setoriais, no que diz respeito às ameaças ao bem estar da sociedade. Assim, melhorar os índices de saúde de uma determinada população requer também medidas relacionadas ao meio ambiente, à educação, à cultura, ao saneamento, à habitação, entre outros. Da mesma forma o problema da segurança pública envolve a questão do emprego, da educação e, principalmente a falta de coordenação entre programas e políticas públicas interinstitucionais, entre outros. Para solucionar esta dificuldade, uma das altas motivações está em construir coletivamente, programas que busquem solucionar de forma sustentável a ação do Estado, em seus três níveis de poder.

Conforme aponta Lopes (2013) o processo iniciado em 2013, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20, resultou, em setembro de 2015, em reunião realizada na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, na aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Brasil esteve presente em todas as sessões da negociação intergovernamental, chegando a um acordo que deverá orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos 15 anos (2015 – 2030), sucedendo e atualizando os Objetivos do Milênio (ODM).

Os ODS contemplam 17 Objetivos e 169 Metas que envolvem um amplo espectro temático dirigido não só à materialidade natural e construída do ambiente, mas também a múltiplas questões associadas diretamente à criação e manutenção de meios de vida ao ser humano. Essa amplitude temática dos ODS se reflete no conceito de cidade sustentável. O objetivo tratado diretamente neste estudo é o da erradicação da pobreza, que pretende acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Para as Nações Unidas do Brasil (ONUBR), ao tratar da Agenda 2030, a considera um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

6 | PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A Lei nº10. 836 de 09 de janeiro de 2004 cria o programa Bolsa Família destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades e dá outras providências. O programa foi regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 e alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007.

Brasil (2015) aponta o Bolsa Família como um Programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil e possui três eixos principais. O primeiro diz respeito à complementação da renda através de transferência direta pelo governo federal. O segundo eixo refere-se ao acesso a direitos, as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Por fim, o terceiro eixo propõe a articulação com outras ações, o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para que elas superem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

A gestão do Bolsa Família — bem como a do Cadastro Único — é descentralizada, ou seja, tanto a União, quanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm atribuições em sua execução, com competências específicas para cada ente da Federação, mas sempre articuladas. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos (BRASIL, 2015).

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) tem um instrumento que mede a qualidade da gestão em âmbito estadual e municipal. Trata-se do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e, com base nele, o governo federal repassa recursos para apoiar as ações em cada local (BRASIL, 2015).

Para Brasil (2011) o gasto do governo com o pagamento de benefícios e prestação

de bens e serviços se converteu rapidamente em consumo de alimentos, serviços e produtos industriais básicos que dinamizaram a produção, estimularam o emprego, multiplicaram a renda e reduziram a pobreza e a miséria extrema. Os benefícios sociais do sistema tiveram um papel estratégico como alavancadores da economia nacional, particularmente no momento da crise financeira internacional de 2008, quando o valor e o número de benefícios cresceram.

Segundo a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2017) através dos relatórios de informações sociais o Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de setembro de 2017, 354.814 famílias, representando uma cobertura de 77,8 % da estimativa de famílias pobres no Estado do Paraná. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 152,35 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 54.057.532,00 no mês.

ASagi (2017) acrescenta que em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2017, atingiu o percentual de 94,6%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 334.421 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 353.680. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 78,0%, resultando em 40.367 jovens acompanhados de um total de 51.728. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2016, atingiu 78,9 %, percentual equivale a 266.136 famílias de um total de 337.113 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do Estado.

7 | PROGRAMA FAMÍLIA PARANAENSE

O Programa Família Paranaense foi criado pela Lei nº 17.734/13 de 29 de outubro de 2013 que em seu artigo 1º institui:

Fica instituído o Programa Família Paranaense, a ser executado pelo Governo do Estado do Paraná e pelos municípios, por meio da articulação integrada de órgãos e instituições, em regime de cooperação mútua e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando promover melhorias nas condições de vida das famílias do Paraná que vivem em situação de vulnerabilidade social (PARANÁ, Lei 17.734, 2013, p.3).

O foco consiste em atuar na superação da extrema pobreza e demais vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias e para atingir tal objetivo a proposta reside em integrar uma rede de proteção coordenada pela Assistência Social do Município que promova o protagonismo e a autonomia das famílias. Encontramos descrito no artigo 2º da Lei 17.734 (PARANÁ, 2013) este objetivo quando a redação esclarece que o Programa Família Paranaense destina-se à proteção e promoção das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e efetiva-se através da integração

de ações de várias áreas, tais como assistência social, habitação, segurança pública, agricultura e abastecimento, trabalho, saúde, educação, ciência e tecnologia, esporte e lazer, cultura, segurança alimentar e nutricional, infraestrutura, meio ambiente e direitos humanos.

O Programa utiliza o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVFPR) para identificar famílias prioritárias, classificadas como de alta vulnerabilidade social, todas as famílias que estão entre os 25% dos maiores índices são consideradas elegíveis. Para Curitiba, por exemplo, o índice que permite a seleção e inclusão de famílias, no início da implementação do Programa, deve ser maior ou igual a 0.2798 (valor máximo do índice = 1).

Segundo a Nota Técnica do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2012) o IVFPR foi mensurado a partir do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, inicialmente o conceito de vulnerabilidade é relacionado às políticas públicas conforme segue:

O conceito de vulnerabilidade ganha autoridade e aprovação porque está associado a problemas que dizem respeito a como as famílias/indivíduos enfrentam riscos, avaliam estruturas de oportunidades e dificuldades e manejam ativos para manutenção de sua existência, dirigindo nosso olhar às condições que limitam a capacidade de resposta dos mesmos. Dessa maneira, identificando as limitações nas condições é possível propor ações específicas para cada limitação, criando políticas públicas mais objetivas (NAZARENO; JÚNIOR; IGNÁCIO, 2012, p.1).

Nazareno et al. (2012) esclarece que o IVFPR representa-se por 19 indicadores componentes, distribuídos em quatro dimensões: adequação do domicílio, perfil e composição familiar, acesso ao trabalho e renda e condições de escolaridade. O cálculo do IVFPR tem como subsídio a base de dados do Cadastro Único do Governo Federal (versão 7). No site da Prefeitura de Curitiba encontramos referência ao CadÚnico conforme segue:

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas (PREFEITURA DE CURITIBA, 2017).

Segundo a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social - SEDS (2013) o fluxo do Programa Família Paranaense estabelece dois processos de trabalho: a seleção e a inclusão de famílias no sistema informatizado. Com base na listagem das famílias elegíveis e a definição do território ou áreas de maiores concentrações de famílias em alta vulnerabilidade social. O Comitê Local (composto por representantes de Secretarias Municipais) deverá selecionar previamente aquelas famílias que, no entendimento consensuado dos membros, deverão ser acompanhadas pelo Programa.

Esta etapa denominada de seleção é o entendimento dos profissionais que compõe o Comitê Local sobre as famílias prioritárias e a melhor forma de realizar o atendimento, após a seleção das famílias é realizada a inclusão em acompanhamento.

Conforme orientações da SEDS (2017) o Sistema de Acompanhamento das Famílias do Programa Família Paranaense foi desenvolvido com o objetivo de alimentar, facilitar e monitorar o processo de acompanhamento das famílias. Este instrumento de gestão que seleciona as famílias pelo índice de vulnerabilidade é exemplo de como a tecnologia está a favor da política pública proporcionando inovação na superação das vulnerabilidades sociais. Para além da seleção e inclusão, o sistema permite o registro das ações e serviços ofertados à família no plano individual e intersetorial bem como o monitoramento e avaliação de todo o processo no período em que a família estiver referenciada ao Programa.

Segundo informações do IPARDES (2015), o Paraná é o segundo Estado brasileiro com a menor desigualdade social, de acordo com estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), calculado com informações de 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice de Gini (fórmula mundial utilizada para medir a desigualdade) do Paraná passou de 0,500 em 2008 para 0,469 em 2013, o menor nível da história do Estado. A média brasileira em 2013 ficou em 0,527. O índice varia entre zero e 1, sendo que quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade. O governador do Estado do Paraná atribuiu o bom desempenho, além de fatores econômicos, aos programas estaduais de assistência social e distribuição de renda, como principal deles o Programa Família Paranaense.

8 | POLÍTICAS SOCIAIS COMO PROPULSORAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Mediante os conceitos aqui expostos e os Programas apresentados que envolvem articulação e cooperação entre diferentes instâncias governamentais, podemos pensar as políticas sociais como propulsoras do desenvolvimento econômico e social.

Os Programas Bolsa Família e Família Paranaense buscam a superação da extrema pobreza e da pobreza no país, o desenvolvimento sustentável, por sua vez, considera essa perspectiva como fundamental. Desenvolver o país significa melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social de pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia. O trabalho intersetorial proposto como estratégia no Programa Família Paranaense reflete em articulação para acompanhamento integrado das famílias pela saúde, educação, meio ambiente, cultura e tantas outras Secretarias Municipais. Conceber o todo e não o fragmentado aumenta as chances de repercussão positiva nos indicadores e conseqüente superação de vulnerabilidades, promoção de autonomia e desenvolvimento.

Patricio et al. (2010) aponta que uma das altas motivações para solucionar a

fragmentação está em construir coletivamente, programas que busquem solucionar de forma sustentável a ação do Estado, inclusive em seus três níveis de poder.

Podemos identificar nos Programas Bolsa Família e Família Paranaense esta sugestão proposta pelo autor. São programas que entendem que os problemas existentes na sociedade não se limitam, nem tão pouco tem resolução em questões setoriais, pelo contrário acreditam sim que o trabalho intersetorial é o caminho a ser seguido conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) concebe o Programa Bolsa Família:

O Bolsa Família é um programa federal, mas, para que ele funcione efetivamente, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios precisam conjugar esforços, trabalhando de forma compartilhada. Assim, todos são corresponsáveis pela implementação do programa, criando bases de cooperação para o combate à pobreza e à exclusão social (BRASIL, 2015).

Nesta mesma perspectiva o Programa Família Paranaense atua com arranjo de gestão em três níveis: Municipal, Regional e Local, além de sua raiz ser proveniente do Governo do Estado do Paraná. O acompanhamento intersetorial das famílias e a integração com ações existentes são realizadas nas áreas de assistência social, saúde, educação, segurança alimentar, trabalho, habitação, entre outras, maximizando resultados positivos através de uma rede integrada de proteção que promove o protagonismo e a autonomia. Esta estratégia se mostra eficaz comparativamente às formas de governar fragmentadas que frente às diversidades regionais e locais não refletem resultados significativos.

Outro aspecto a ser considerado reside na transferência de renda e acompanhamento familiar. Quando a família passa a receber a transferência de renda do Governo Federal concedida por intermédio do Programa Bolsa Família injeta o valor recebido diretamente na economia local, na compra do supermercado, gás, vestuário, dentre outros e propicia assim o desenvolvimento deste comércio local, que coloca toda uma cadeia de consumo em movimento. O Programa Família Paranaense por sua vez, através do acompanhamento familiar, no qual os técnicos da política de Assistência Social trabalham com famílias beneficiárias desta transferência de renda, visa avançar nas questões de geração de renda e empregabilidade, assim contribuindo com o desenvolvimento econômico.

Os reflexos das políticas sociais são observados e mensurados, por exemplo, na busca pelo alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), em especial na erradicação da pobreza no cumprimento dos objetivos dos Programas Bolsa Família e Família Paranaense. Para aqueles que acreditam que o investimento em políticas sociais não apresenta resultados positivos, sugere-se aprofundar os estudos nestas e outras metodologias que impactam o desenvolvimento econômico e social por considerar a transferência de renda, o trabalho intersetorial e o acompanhamento familiar.

Para além deste ODS, o trabalho descente e o crescimento econômico, bem

como a redução das desigualdades e a busca por cidades e comunidades sustentáveis são também viabilizados por intermédio dos programas aqui descritos. O trabalho intersetorial, fica ainda, com importante fatia dos objetivos para se transformar o mundo, em especial com as frentes de: fome zero e agricultura sustentável (Abastecimento), saúde e bem-estar (Saúde) e educação de qualidade (Educação), consumo e produção responsáveis (Meio Ambiente).

Brasil (2011) por intermédio da pesquisa do IPEA aponta que desde a Constituição Federal de 1988, em especial, nesta primeira década do século XXI, é possível constatar que a política social está estruturando as condições básicas de vida da população, sobretudo aquelas que dizem respeito à pobreza e à desigualdade. Mas, não somente isso, pois a política social foi além, começa a regular, direta ou indiretamente, o volume, as taxas e o comportamento do emprego e do salário na economia brasileira. Além disso, a política social modificou-se em um poderoso instrumento, por meio do qual a economia nacional não apenas efetuou transferências de renda aos mais necessitados e prestações de bens e serviços ao conjunto da sociedade, mas, simultaneamente, gerou um canal de ampliação da demanda agregada, com capacidade de criar um amplo mercado interno de consumo de massa. Por seus expressivos resultados econômicos e sociais, a política social passou, a partir de então, a ser indispensável e estratégica, não apenas para enfrentar situações conjunturais adversas, como também para criar os alicerces da construção de uma nação economicamente mais forte e, desta vez, democrática.

Brasil (2011) aponta ainda, que talvez os resultados mais importantes da expansão das políticas sociais no Brasil sejam aqueles de difícil mensuração, como o grau de cidadania do brasileiro, seu bem estar, sua felicidade. Para além dos objetivos que se queira alcançar com cada política social em particular, como uma boa situação de saúde da população ou um alto nível educacional, pretende-se contrapor ao custo das políticas sociais o benefício de caráter estritamente econômico das mesmas: seu resultado em termos de crescimento do PIB e da renda das famílias. A maioria dos gastos sociais do governo beneficia os mais pobres - como no caso do Bolsa Família, ao distribuir melhor a renda, os salários e os serviços, uma parte importante do gasto social permanece no país e fortalece o circuito de multiplicação de renda, pois estes estratos tendem a consumir menos importados e poupar menos, o que implica em maior propensão a consumir produtos nacionais, mais vendas, mais produção nacional e mais empregos gerados no país.

O estudo do Tesouro Nacional sobre o Gasto Social do Governo Central 2002 - 2015 aponta que os gastos com transferências sociais diretas foram responsáveis por uma parcela de 47% da redução da desigualdade de renda e 32% da melhoria da proporção da pobreza, resultando na saída de 6,8 milhões de pessoas da pobreza. Em linhas gerais, observa-se um crescimento expressivo do gasto social direto ao longo do tempo, com aumento próximo a 3 pontos percentuais do PIB quando se comparam os valores observados em 2002 e em 2015. Cabe destacar que a partir de

2009, em especial, os gastos tributários na rubrica social apresentaram considerável crescimento e atingiram o montante de aproximadamente R\$ 17,8 bilhões em 2015.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA (2015) a pobreza extrema no país caiu a 2,8% da população em 2014, quase a terça parte do percentual da população que vivia nessa condição em 2004, no início do Programa Bolsa Família. A tendência de queda da extrema pobreza nos últimos anos foi confirmada na análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável colocam em 3% a meta de extrema pobreza a ser atingida em 2030.

Pensar políticas sociais e programas dela decorrentes como propulsores do desenvolvimento econômico e social parece relevante e estatisticamente evidenciado. A Política de Assistência Social por intermédio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Assistências Social (PNAS) e do trabalho técnico de Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Educadores Sociais e demais profissionais que compõe as equipes não mede esforços para atingir o desenvolvimento socioeconômico sustentável e erradicar a pobreza no Estado do Paraná e no Brasil.

9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar a sustentabilidade econômica e social no Brasil como um projeto em constante construção e as políticas sociais, por sua vez, decisivas nesta busca. A literatura e as experiências institucionais mostram como resultado a compreensão de, em que medida, as políticas sociais por intermédio de Programas como o Bolsa Família e o Família Paranaense impulsionam o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Esta compreensão beneficia agentes públicos e políticos na proposição de programas similares ou alternativas estratégicas regionais e locais na busca pelo desenvolvimento socioeconômico sustentável. A trajetória a ser percorrida é longa, envolve questões políticas, orçamentos com responsabilidade e comprometimento de servidores e políticos em estratégias éticas que consigam formular e implantar políticas sociais que dêem conta de crescentes demandas que nos exigem posturas sustentáveis.

É necessário considerarmos as políticas sociais, como bem referenciam os autores aqui citados, como peça importante e de relação direta com o desenvolvimento econômico e social, por melhorar os indicadores de pobreza, desemprego, desigualdade, dentre outros, assim viabilizando melhores condições de vida para as famílias de forma sustentável. É significativo considerar também a necessidade de orçamento para as políticas sociais.

O planejamento de atividades governamentais a produção de conhecimento através de pesquisas e o fomento à participação social podem contribuir na consolidação de uma sociedade mais humana, justa e livre da pobreza. As políticas sociais são de

responsabilidade de todos nós e podem através de uma gestão estratégica erradicar a pobreza e desenvolver econômica e socialmente o Estado do Paraná e o país como um todo. A construção coletiva mediante trabalho intersetorial aponta ser um dos caminhos para se atingir o desenvolvimento sustentável diminuindo desigualdades. Discutir e entender problemas complexos em atuação com diversas áreas do conhecimento parece um arranjo necessário que deve ser estimulado.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M.; HOCHMAN, G.; MARQUES, E. (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

BRASIL. Bolsa Família: **O que é/Gestão do Programa**. Ministério do Desenvolvimento Social. 01/07/2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa>. Acesso em 27/08/2017 às 20h10min.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**. Comunicados do Ipea, Governo Federal, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. 2011

CAVALCANTE, P. **A Implementação Municipal das Políticas Sociais: Uma Análise Espacial**. Planejamento e políticas públicas | ppp | n. 42 | jan./jun. 2014.

GELINSKI, Carmem R. O. G. SEIBEL, Erni J. **Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, Abril e Outubro de 2008.

HEIDEMANN, Francisco; SALM, José Francisco. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise**. Brasília: Editora Unb, 2009.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **IPEA mostra Paraná como segundo Estado com menor desigualdade social**. 12/05/2015. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_noticia=695 Acesso em : 17/10/2017 às 20h32min.

JACOB, Cesar A. **A reserva do possível: obrigação de previsão orçamentária e de aplicação de verba**. In: GRINOVER, Ada P. WATANABE, Kazuo. O controle jurisdicional de políticas públicas. Rio de Janeiro: Forense, 2ª ed., 2013. p. 237-284.

LOBATO, Lenaura. **Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas**. In: SARAIVA, Henrique. FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas: Coletânea - Volume 1, 2006. p. 289-313.

LOPES, A. C (coord). **Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis: Integração Intersetorial, Federativa e Territorial**. Rio de Janeiro: IBAM, MCTI, 2016.

MENICUCCI, T; MARQUES, A. M. F. **Cooperação e coordenação na implementação de políticas públicas: O caso da saúde**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, nº 3, 2016, pp. 823 a 865.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (MDSA). **Um país menos desigual: pobreza extrema cai a 2,8% da população**. 13/11/2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/novembro/um-pais-menos-desigual-pobreza-extrema-cai-a-2-8-da-populacao>. Acesso em: 08/10/2017 às 22h24min.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Acesse este documento em inglês em <http://bit.ly/2030agenda>. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 28/08/2017 às 20h01min.

NAZARENO, L. R.; JUNIOR, P. C. S.; IGNÁCIO, S. A. **Nota Técnica IPARDES: Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses: Mensuração a partir do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico.** Curitiba: 2012.

PARANÁ. Lei nº 17.734, de 29 de outubro de 2013. **Cria o Programa Família Paranaense.** Diário Oficial Paraná, Paraná, n. 9075, p. 3.5, 29 de outubro 2013. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/familia_paranaense/documentos/lei_fam_par.pdf Acesso em: 09/05/2017 às 20h06min.

PATRICIO NETTO, Bernardo; RISSETE, Cezar; PUPPI E SILVA, Heloisa; FARAH JUNIOR, Moises Francisco. **Instrumentos de gestão pública.** In: Christian Luiz da Silva; José Edmilson de Souza Lima. (Org.). Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 69-92.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Cadastro Único de Programas Sociais – CADUNICO.** Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/cadastro-unico-de-programas-sociais-cadunico/554>. Acesso em 28/05/2017 às 00h03min.

QUEIROZ, R.B. **Formação e Gestão de Políticas Públicas.** Curitiba: Ibpex, 2009.

SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Relatórios de Informações Sociais.** Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral>. Acesso em: 14/10/2017 às 13h42min.

SEDS – Governo do Estado do Paraná. **Instruções para Acesso e Operacionalização do Sistema de Acompanhamento das Famílias: Programa Família Paranaense.** Segunda versão. Curitiba: 2017.

SEDS – Unidade Técnica do Programa Família Paranaense - UTPFP. **Informe Técnico nº1: Orientações sobre o Processo de Seleção e Inclusão das Famílias no Programa Família Paranaense.** Curitiba: 2013.

TESOURO NACIONAL. **Gasto Social do Governo Central 2002 2015.** Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br. Acesso em: 08/10/2017 às 23h03min.

VASCONCELLOS, M. A. S; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia.** São Paulo: Saraiva, 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-32-1

